

A escavação do sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 e sua contribuição para o estudo da tradição tupiguarani em Mato Grosso do Sul, Brasil¹

Excavation at the Rio Ivinhema 1 Site and its Contribution to the Study of the Tupiguarani Archaeological Tradition in Mato Grosso do Sul, Brazil

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8973-8332>

rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

João Carlos de Souza

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil.

joaosouza@ufgd.edu.br

Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3244-3749>

angeloribeiro@ufgd.edu.br

Resumo: Apresentamos aqui os resultados das escavações arqueológicas empreendidas no sítio Rio Ivinhema 1, situado no distrito de Porto Caiuá, município de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Ainda que o sítio tenha sofrido diversos impactos ao longo do tempo, os resultados obtidos foram surpreendentes. A área que consideramos o centro do assentamento é formada por uma grande superfície de cozinhas, onde múltiplas fogueiras se desdobram, formando uma grande profusão de carvões, cinzas, fragmentos de cerâmica e restos de alimentação. Sob a luz dos resultados, tratamos de situar o Rio Ivinhema 1 no contexto arqueológico tupiguarani do estado de Mato Grosso do Sul, buscando relacionar a grande variedade nas formas decorativas dos recipientes com movimentos dos povos Tupi do litoral para as terras interiores em tempos já coloniais, cronologia esta confirmada por datação radiocarbônica.

Palavras-chave: arqueologia; tupiguarani; cerâmica; Rio Ivinhema 1; Mato Grosso do Sul; Brazil.

1 Pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Arqueologia de Porto Caiuá: delimitação, prospecção intrusiva e processamento dos remanescentes arqueológicos do sítio Rio Ivinhema 1, Naviraí – MS”, financiado pela Prefeitura Municipal de Naviraí e pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados.

Recebido: 18 de setembro de 2020; aceito: 20 de outubro de 2020



INDIANA 38.1 (2021): 257-279

ISSN 0341-8642, DOI 10.18441/ind.v38i1.257-279

© Ibero-Amerikanisches Institut, Stiftung Preußischer Kulturbesitz

Abstract: This article presents the results of the archaeological excavation at the Rio Ivinhema 1 site, located in the district of Porto Caiuá, Naviraí municipality, Mato Grosso do Sul, Brazil. Although the site has suffered several impacts over time, the results obtained were outstanding. The zone that we consider the center of the settlement is formed by a large area of kitchens, where multiple fireplaces form a great profusion of dugouts, ashes, pottery fragments, and food remains.¹ In light of the results, we try to situate Rio Ivinhema 1 in the Tupiguarani archaeological context of the state of Mato Grosso do Sul, trying to relate the great variety in pottery decorations to the movements of the Tupi people from the coast to the inland region in colonial times. Chronologically, this is sustained by radiocarbon dating.

Keywords: archaeology; Tupiguarani; ceramics; Rio Ivinhema 1; Mato Grosso do Sul; Brazil.

Introdução

O sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 está situado no Distrito de Porto Caiuá, Município de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Nele estão dispostos, por vasta área de superfície, remanescentes arqueológicos relacionados à tradição tupiguarani. Sua posição, em um braço de terra que se debruça por sobre o encontro das águas do Rio Ivinhema com o Rio Paraná, parece ter sido estratégica em termos de captação de recursos naturais, além de espaço privilegiado para o deslocamento canoeiro. Com efeito, ao conversarmos com pescadores locais, apareceram abundantes narrativas do tempo em que a pesca era permitida às margens do Ivinhema, de onde era possível se tirar quantidades satisfatórias de moluscos comestíveis, além da farta ocorrência de pescado. Já o Rio Paraná, em tempos pré-coloniais e coloniais, além de igualmente suprir demandas pesqueiras, fazia o papel de via hídrica, conectando os incontáveis aldeamentos que se desdobravam ao longo de sua margem. As ilhas que se formam no meio do Rio Paraná também eram locais privilegiados para acampamentos de caça e pesca, paragens ermas e piscosas com praias de areia fina. Dito isso, entende-se quão especial é o sítio Rio Ivinhema 1 em termos de situação geográfica.

O sítio sofreu alguns processos de degradação ao longo do tempo. A área do sítio fez parte da Fazenda Porto Caiuá, que instalou uma olaria dentro do espaço da antiga aldeia. Isso porque a jazida de argila usada pelos ceramistas tupiguarani, situada na margem do Ivinhema, possuía elevada qualidade. Posteriormente, a cascalheira que originalmente serviu aos aldeões pré-coloniais como ponto de coleta de matéria prima e de produção de artefatos de pedra, foi explorada na pavimentação de estradas, tendo sido destruídas, irremediavelmente e quase por completo, as evidências da indústria lítica tupiguarani. Por fim, com o crescimento do distrito e a chegada de novos ocupantes, terraplenagens foram feitas para a manutenção da estrada. Um novo trecho desta estrada cortou o sítio, removendo a camada mais superficial da área que corresponde ao centro da aldeia. Ainda assim, a escavação do sítio trouxe resultados que ultrapassaram em muito o esperado.

Para entendermos o contexto arqueológico que emoldura o sítio Rio Ivinhema 1, faz-se necessário apresentar uma breve síntese sobre a tradição tupiguarani. Ainda que

repetitiva, tendo em vista que o tema aparece em incontáveis artigos escritos sobre a tradição, esta síntese norteia os resultados, permitindo tecer paralelos com os elementos fundamentais desta forma cultural, tão recorrente e, ao mesmo tempo, tão característica.

A tradição tupiguarani na arqueologia brasileira

O termo tupiguarani, sem hífen, usado para se referir a um determinado conjunto de atributos tipológicos e tecnológicos tão específicos, segundo Prous (1992), foi cunhado pelos pesquisadores do PRONAPA² para distinguir os achados arqueológicos das etnias descritas pela etnografia. Segundo Schmitz (2010, 07), a cerâmica tupiguarani “apresenta formas, tamanhos, acabamentos de superfície e usos que respondem a um mesmo grande esquema, razões que foram usadas para juntá-la numa tradição”.

Desde o início das pesquisas norte-americanas que desencadearam o PRONAPA, arqueólogos e linguistas situam a região Amazônica (Brochado 1973; Meggers 1975), provavelmente em regiões do Rio Madeira (Urban 1998), como berço dos povos produtores da tradição tupiguarani, há cerca de cinco mil anos. Ainda que existam outras propostas de gênese para esta tradição, a hipótese amazônica parece ser dominante. Mais recentemente, estudos de antropologia biológica vieram reforçar a origem amazônica dos tupiguarani, tomando por base análises craniométricas (Neves *et al.* 2011). Ainda assim, esta origem, longe de se apoiar em um modelo arqueológico estável, baseado na dispersão desde uma proto-tradição tecnológica e cronologicamente bem definida, requer revisões em face às contradições apontadas nas clássicas tradições Policroma Amazônica e Incisa-modelada (Heckenberger, Neves e Petersen 1998). Até que se possa sustentar com clareza as variáveis arqueológicas envolvidas na dispersão tupi-guarani, dependentes de mais pesquisas sistemáticas embasadas em datações radiocarbônicas, seguimos nos apoiando nas propostas gerais, proporcionadas pelo estado atual do conhecimento arqueológico aliado às proposições da linguística.

Este modelo mais geral prevê que, por volta de 2500 anos atrás, teria ocorrido a fissão do tupi-guarani – oriundo do proto-tupi – em tupi e guarani (Melià 1992). Aproveitando a mobilidade oferecida pelos grandes rios, expandiram-se pela América do Sul, em ondas migratórias, alcançando os rios Paraguai, Paraná e Uruguai (Melià 1992). Assim, como bem destaca Metraux (1948), em tempos anteriores ao contato com o europeu, o território tradicionalmente ocupado pelos grupos guarani falantes abrangia boa parcela do continente sul-americano. Iriarte e colaboradores (2017) sustentam que a expansão

2 Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Diante da necessidade de formar os arqueólogos brasileiros, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, do Paraná, trouxe na década de 1960 colaboradores internacionais de renome, como o casal francês Annete e Joseph Emperaire e o casal norte-americano Betty Megers e Clifford Evans, sendo que o maior desdobramento desta iniciativa foi a criação do PRONAPA, cuja coordenação era exercida por Megers e Evans (Ondemar Dias em entrevista a Jandira Neto, maio de 2014, disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28> (15.01.2021).

dos Tupi-guarani do sul da Amazônia ao restante da América do Sul constitui-se em uma das maiores expansões de famílias linguísticas do mundo, cobrindo cerca de quatro mil quilômetros. Ainda segundo estes autores, a expansão se deu em razão de alterações climáticas ocorridas no Holoceno Tardio que ocasionou a expansão das áreas florestadas, condição favorável à dispersão destes grupos do tronco linguístico Tupi-guarani cuja economia seria baseada no manejo agroflorestal.

Os que recebiam diferentes denominações pelos cronistas ao longo do Atlântico, como tupi, tupinambá, carijó, eram oriundos do mesmo tronco linguístico e, com isso, compartilhavam alguns aspectos culturais. Entretanto, em termos de identidade étnica, podem ser entendidos como uma multiplicidade de grupos. O mesmo vale para a multiplicidade de povos denominados genericamente como guarani, povoadores das terras interioranas.

A mobilidade dos povos guarani sempre foi intensa e seus fatores geralmente associados à questões de cunho religioso, como a busca pelo paraíso terrenal. Porém, segundo Bartolomeu Melià, esta intensa migração em períodos pré-coloniais poderia ter como causa, também, o crescimento demográfico (Melià 2000), respondendo o porque do constante desdobramento de sítios. Segundo Emília Kashimoto e Gilson Martins:

A tradição ceramista no Brasil com maior expressão territorial é a tradição tupiguarani. Poder-se-ia dizer até que é uma tradição pan-brasileira, pois são encontrados sítios arqueológicos depositários desse tipo de vestígio arqueológico praticamente em todos os Estados brasileiros, bem como em partes dos territórios de países vizinhos, como a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia (Kashimoto e Martins 2019, 30).

Segundo Schmitz (2006) as migrações maiores teriam começado por volta de dois mil anos atrás. A citada fissão ocorrida no proto tronco poderia, também, ter desencadeado diferentes rotas migratórias, cada qual gerando peculiaridades também na cultura material. Grosso modo, grupos de fala tupi teriam se expandido para o leste e ocupado a faixa litorânea, ao passo em que os de fala guarani fizeram sua movimentação rumo ao sul pelas terras interioranas, usando como vias os grandes rios, como o Paraná e o Paraguai, opinião também compartilhada por Prous (1992) e Schmitz (2006). Ainda segundo Schmitz:

A diferença entre as duas populações não é só lingüística, mas tecnológica e ecológica. Os Tupis, em terras mais quentes, vão cultivar predominantemente a mandioca amarga e adaptar seus artefatos cerâmicos para a produção de beiju e farinha. Os Guaranis, em terras geralmente mais frias, vão cultivar o milho, o aipim, o feijão, a batata doce, as abóboras, para cujo preparo necessitam outras formas de artefatos cerâmicos, que vão distingui-los de seus irmãos de mais ao norte (Schmitz 2006, 36).

Os povos produtores da tradição tupiguarani guardam esta característica dual: ao mesmo tempo em que certos elementos apresentam notável persistência, o que levou à formação desta chave classificatória que, provavelmente, é a de maior propagação territorial na

história da arqueologia brasileira, por outro lado, interessantes diferenças vão ser adicionadas a este amálgama cultural quando da análise dos sítios em particular, criando assim múltiplas fácies regionais. Estas diferenças ainda são pouco compreendidas pela arqueologia.

Dentre os elementos de persistência, estão certos atributos da cerâmica, que apresentam um horizonte bem definido. A elaboração de uma terminologia para estudos cerâmicos, organizada por Igor Chmyz (1966), que contou com a colaboração de inúmeras autoridades da Arqueologia Brasileira, possibilitou a padronização dos termos empregados no estudo de tradições cerâmicas em sítios arqueológicos. A cerâmica tupiguarani, para muitos, seria um marcador identitário que revela conexões com um mundo simbólico (Costa, Cavalcanti e Pinto 2018). Os recipientes da tradição tupiguarani são concebidos dentro de um repertório tipológico bem específico, predominando o fundo ovalado para sustentar jarros médios e grandes, decorados com pinturas geométricas ou aplicações plásticas, sendo a corrugada a mais emblemática. Entre as peças pintadas, destacam-se àquelas em que linhas vermelhas eram finamente traçadas sobre as paredes dos recipientes, diretamente ou sobre um engobe branco. Dentro destas características, segundo Prous (2009) a cerâmica tupiguarani seria a única dentre as tradições arqueológicas brasileiras a usar a policromia fora da Bacia Amazônica.

A cerâmica tinha dupla função na vida social dos grupos arqueológicos tupiguarani. A primeira, de cunho prático, envolvia a produção de recipientes de diversas formas e dimensões, utilizados no preparo e na estocagem de alimentos. A segunda função seria ritualística, onde recipientes de feitura mais elaborada serviam de receptáculo para ingestão de bebida em rituais, ou ainda para os enterramentos nas grandes urnas funerárias (Schmitz 1959; César 1974).

As urnas funerárias, conhecidas por *igaçabas*, originalmente ocupavam a função de recipiente para líquidos, como água ou *cauim*³ mas, eventualmente, podiam ser rearranjadas para servir aos rituais de enterramento. O morto era depositado dentro da urna, em posição fetal, quando em enterramento primário. Estas urnas podiam atingir 100 cm de altura por 100 cm de diâmetro, com capacidade para 150 litros (Noelli 2001).

A técnica de fabricação empregada na cerâmica tupiguarani era a acordelada. Emendando e sobrepondo roletes, ia se montando a parede do vaso cerâmico. Para uniformizar as superfícies interna e externa, esfregava-se uma pedra lisa com auxílio de água, cobrindo assim as áreas de emendas e sobreposições de roletes, dando um efeito polido. Por fim, como já dito, empregavam decorações plásticas e/ou pintadas para finalizar a manufatura. A decoração plástica, conhecida por corrugada, consistia em elaborar

3 Bebida fermentada obtida a partir do mel, ou pela fermentação da mandioca, batata ou milho. As mulheres, designadas para a função de feitura da bebida, mascavam o produto e a saliva acelerava o processo de fermentação (Ramos 1943).

marcas na superfície externa do recipiente de barro, seja com a pressão dos dedos, com a incisão de padrões com as unhas ou pela aplicação de outros objetos, como espátulas e cordas. Já a decoração pintada, era obtida por meio de motivos geométricos esboçados sobre a superfície dos recipientes, podendo ser interna ou externa. Alguns arqueólogos, como o Pe. Pedro Ignácio Schmitz (1959), acreditam que a cerâmica pintada ocupava papel diferenciado da corrugada, talvez de uso em rituais. Porém, enterramentos em *igaçabas* corrugadas são frequentes, o que pode indicar estratigrafia social.

A tradição tupiguarani em Mato Grosso do Sul

Comparativamente a outros estados brasileiros, em Mato Grosso do Sul a tradição tupiguarani ainda foi pouco estudada. Ocupações do cerrado e da margem do Rio Paraná foram estudadas, ao longo de três décadas por Emilia Kashimoto e Gilson Martins. Eles propõem o primeiro modelo explicativo para a entrada destes povos em terras sul-matogrossense. Para eles, existem duas levas migratórias, uma advinda de movimentos originados na Bacia Amazônica e outra na Bacia Platina (Kashimoto e Martins, 2019). A primeira, que os autores vão chamar de tupiguarani, teria gerado sítios pequenos e com poucos vestígios de cerâmica acordelada com superfície alisada e, eventualmente com decoração pintada e plástica; ao passo em que a segunda, a que chamam de Guarani, seria o complexo cultural de maior presença no estado, caracterizada “[...] pela forte presença de recipientes com decoração plástica corrugada, grandes recipientes para armazenamento de líquidos com formato de ‘cuia’ para tereré ou chimarrão, ‘cabeça de poranga’ ou carenado, certo padrão estético de pinturas, entre outras propriedades” (Kashimoto e Martins, 2019, 33-34). A data mais antiga obtida para as ocupações tupiguarani, provinda da região nordeste do estado, é de 1400 A.P. (Kashimoto e Martins 2008). Já as ocupações Guarani, situadas mais ao sul, iniciam há 2 mil anos e se estendem até o período colonial, aparecendo, inclusive, nos relatos de cronistas (Kashimoto e Martins 2019). Também no sul do estado há o sítio de Porto Lindo, em Japorã, estudado por Landa (2005) e datado em 500 e 700 anos por termoluminescência.

A região do Pantanal foi igualmente ocupada por povos da tradição tupiguarani. Estas ocupações foram inicialmente estudadas por Pedro Ignácio Schmitz e sua equipe por ocasião do Projeto Corumbá (vide síntese do projeto em Schmitz *et al.*, 2001). Peixoto também se dedicou aos assentamentos tupiguarani do Pantanal de Mato Grosso do Sul, sustentando que o material encontrado teria as mesmas características da Subtradição Corrugada do sul do Brasil (Peixoto 1998).

As ocupações tupiguarani nas diferentes regiões de Mato Grosso do Sul vão apresentar aquele aspecto dual, mantendo os elementos essenciais que moldaram nosso conhecimento sobre a tradição, ao mesmo tempo em que diferenças importantes também são notadas entre sítios das distintas regiões. De fato, existe entre os sítios tupiguarani Brasil afora importantes singularidades, seja no padrão de assentamento, no formato das

habitações e, até mesmo, em certos elementos da tão característica cerâmica. Tal situação já havia sido notada por Prous (1992). Ainda sobre estas diferenças, o autor afirma que: “Uma questão importante, mas ainda não pesquisada, é o porquê da grande variação no número e sobretudo na disposição das casas, o que é de suma importância em grupos tribais com organização social em segmento” (Prous 1992, 387).

Se estas particularidades decorrem de adaptações regionais, distinções étnicas ou sucessões cronológicas, isso ainda é tema a ser esclarecido. Devemos destacar que, no âmbito deste artigo, não buscamos tão somente alinhar nossos achados às generalidades tão características da tradição, mas também dar visibilidade às particularidades notadas no sítio, descrevendo-o em seus pormenores.

A escavação do sítio Rio Ivinhema 1

Rio Ivinhema 1, situado no distrito de Porto Caiuá, município de Naviraí (MS) (Figura 1), caracteriza-se pela ocorrência de uma elevada quantidade de cerâmica tradicional tupi-guarani (Figura 2). Indubitavelmente, entre os sítios conhecidos desta tradição até o momento, é o maior de todos no estado. Entretanto, ainda que pese sua relevância científica, o Ivinhema 1 ainda carece de investigação acadêmica sistemática e minuciosa. As pesquisas no local estiveram ligadas a atividades de arqueologia de contrato, tanto em 1999 por ocasião da Hidrelétrica Porto Primavera, cujos trabalhos foram coordenados por Emilia Kashimoto e Gilson Rodolfo Martins, como para a implantação do Distrito de Porto Caiuá, em 2013/2014, tendo por coordenador Gilson Rodolfo Martins (Kashimoto e Martins 1999; Martins 2014). Datações pelo método de termoluminescência durante as prospecções realizadas por Emilia Kashimoto entre 2002 e 2004 no Rio Ivinhema 1 revelaram as datas de 570 e 600 A.P. e em outra área, próxima, data de 520 A.P. (além do relatório original, estas datas também estão em Martins 2014). Um breve histórico destes estudos arqueológicos anteriores, abordando a relação do sítio Rio Ivinhema 1 com outros aspectos sociais do distrito de Porto Caiuá, foi apresentado por uma equipe da Prefeitura de Naviraí no III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (França *et al.* 2019).

Ainda que pese a importância destes estudos anteriores, questões relevantes para a arqueologia acadêmica permanecem em aberto, como cronologia por meio datação radiocarbônica (a datas que se tem para o sítio foram obtidas por termoluminescência), tamanho preciso do sítio e dinâmica de ocupação espacial. Objetivando responder estas questões empreendemos a escavação de que trata este artigo.

O foco desta etapa de campo ficou na área de maior concentração de material, onde foi estabelecido um quadriculamento de três colunas por 15 linhas, perfazendo um total de 45 quadrículas de um metro quadrado cada. Inicialmente, optamos por abrir três quadrículas de referência até a base, em progressão por níveis artificiais de 10 centímetros, o que nos permitiria perceber melhor a estratigrafia do sítio (Quadrículas B3, B5 e

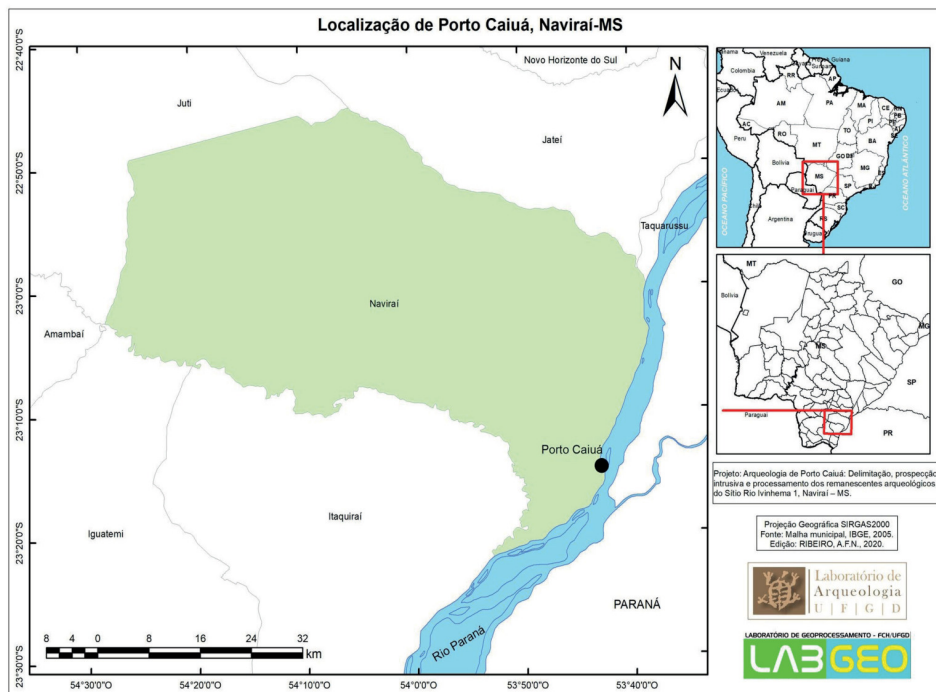


Figura 1. Localização do município de Navirai e do distrito de Porto Caiuá (cartografia elaborada por Angelo Franco do Nascimento Ribeiro, 2020).

A8). Outras quadrículas também foram iniciadas por progressão artificial. Contudo, ao terminar as quadrículas de referência, percebemos que a camada de ocupação restante era muito fina, variando entre 15 e 25 centímetros de profundidade.

Na medida em que fomos abrindo o primeiro nível de outras quadrículas, percebemos estar diante de uma enorme área de cozinha, com profusão de fragmentos de cerâmica e fogueiras (Figura 3). Diante deste quadro, decidimos continuar com a escavação não mais por níveis artificiais, mas pela abertura de áreas maiores por decapagem. O objetivo, agora, era expor da melhor maneira possível as estruturas de cozinha. Ao final, escavamos no ponto central 17 das 45 quadrículas, chegando a uma parcela amostral de 37 % (Figura 4).

Para identificar a dinâmica de ocupação do sítio, foram abertas outras duas áreas de prospecção, além de dois poços-teste adicionais. Estas outras prospecções permitiram ter uma visão mais clara sobre o espaço, distinguindo a área central dos espaços periféricos. Este procedimento foi inspirado na proposta de Politis (2010).

Foram efetuados sobrevoos com drone com utilização de receptores de navegação GPS para auxiliar no processo de georeferenciamento das quadrículas. As imagens obtidas



Figura 2. Detalhe de área de elevada ocorrência em superfície durante o bandeiramento do sítio Rio Ivinhema 1 (foto: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).

com drone permitiram a análise individual bem como a confecção de mosaico para a obtenção dos ortomosaicos possibilitando a visualização da área, com destaque para as áreas escavadas, e fornecendo uma visão mais clara do progresso dos trabalhos.

Ainda que veículos pesados tenham trafegado pela parte central do sítio, sejam máquinas no reparo da estrada ou ainda caminhões carregados de cascalho, o contexto registrado na escavação foi impressionante. As estruturas estavam relativamente bem preservadas, com conchas de moluscos e fragmentos de ossos dispostos entre as estruturas de fogueiras e cacos de cerâmica. Ou seja, mesmo diante das ações destrutivas e da perda de parte da camada arqueológica – especulamos que as máquinas tenham removido em torno de 10 cm da camada superior de ocupação – o contexto restante estava muito pouco perturbado, a ponto de ser possível coletar carapaças de moluscos intactas. Dentre os restos de malacofauna, registramos a presença de *Megalobulimus*

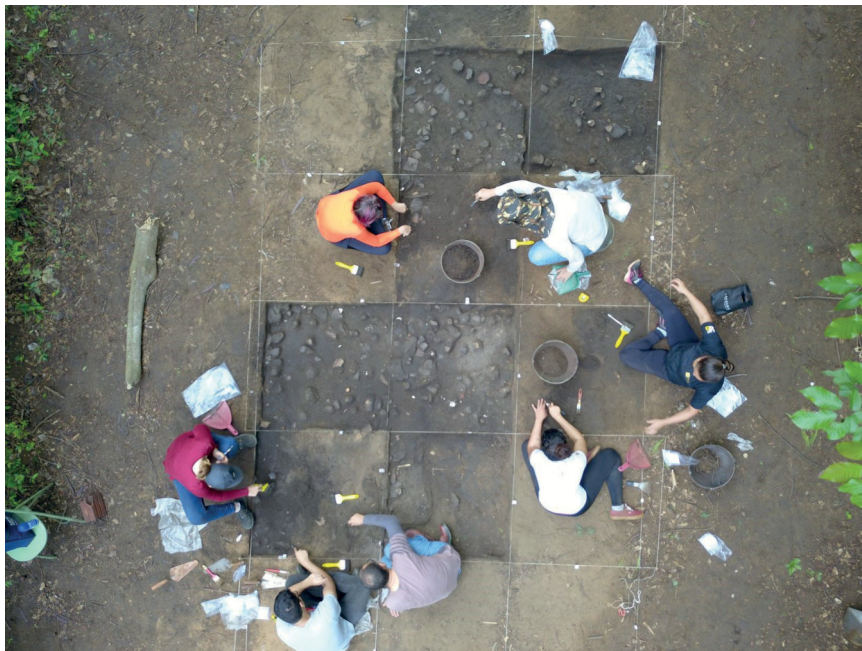


Figura 3. Aumentando a exploração da área de cozinha após a decisão de progressão por decapagem (foto de drone operado por Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, 2019).

e espécimes da família *Subulinidae*. Além dos gastrópodes, há também a presença de bivalves, provavelmente *Anodontites*, da família *Mycetopodidae*.⁴ Algumas das conchas de *Subulinidae* eram muito pequenas, com pouco mais que meio centímetro, enquanto que as maiores chegavam a quase quatro centímetros (Figura 5). A disposição destas conchas, concentradas próximo a recipientes cerâmicos fraturados, bem como o diminuto tamanho de alguns espécimes, sugere que eram cozinhadas imersas em água, tal como em uma sopa. A presença de moluscos em sítios arqueológicos do Mato Grosso do Sul é bastante comum, mas ainda pouco estudada. Recentemente, Aguiar (2020) registrou a presença de *Megalobulimus* em uma camada de ocupação de mais de quatro mil anos no sítio Templo dos Pilares, ao norte do estado. A cerâmica proveniente do sítio possui grande variação, tanto de formas, como na decoração. Ao levar em conta a proposição de Kashimoto e Martins (2019), o sítio Rio Ivinhema 1 estaria relacionado às ocupações Guarani, separando-a dos tupiguarani.

⁴ A identificação foi feita por comparação visual aproximada consultando o catálogo virtual dos Conquiologistas do Brasil, disponível em www.conchasbrasil.org.br (14.01.202).

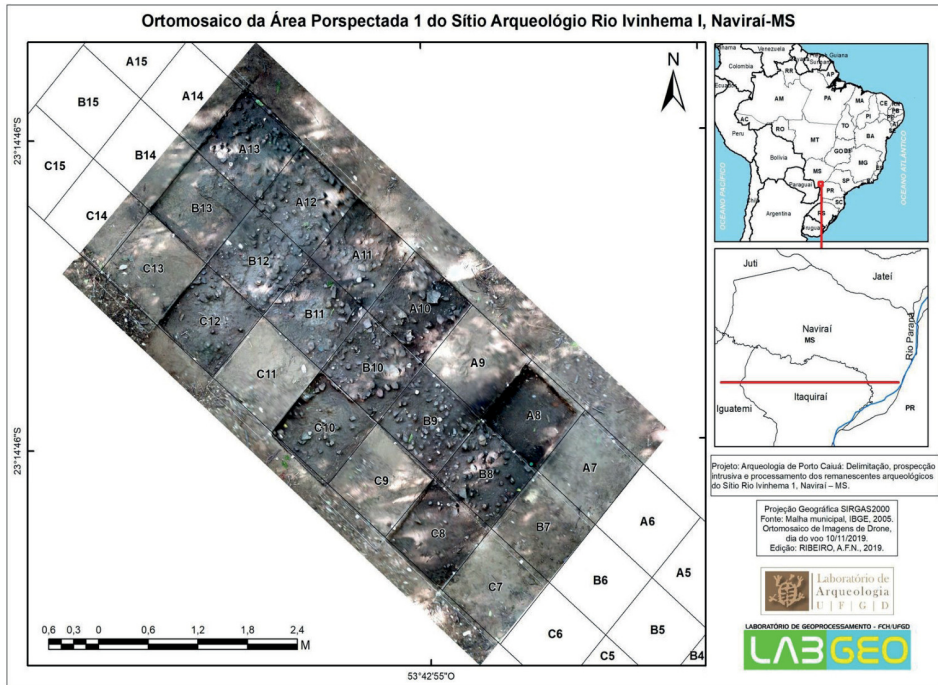


Figura 4. Ortomosaico da área onde a equipe concentrou esforços (elaborado por Angelo Franco do Nascimento Ribeiro, 2019).

Contudo, já foi dito mais acima que a tradição tupiguarani apresenta tanto persistências notáveis, quanto destacadas variações regionais. Com isso, cada sítio é único, mesmo reconhecendo a uniformidade dos elementos essenciais da tradição. Assim, optamos aqui por manter o conceito geral de tradição tupiguarani. Para descrição da cerâmica usamos as propostas de terminologia debatidas por Chmyz (1966), Brochado (1980), La Savia e Brochado (1989) e Scatamacchia (2004).

O diversificado repertório da cerâmica encontrada em Porto Caiuá vai desde pequenos copos, com nove centímetros de diâmetro por nove centímetros de altura e capacidade para, aproximadamente, 250 ml, até os grandes jarros capazes de armazenar dezenas de litros (Figura 11). A técnica de manufatura, em quase a totalidade dos casos, foi a acordelada (Brochado 1980), também conhecida como roletada (Scatamacchia 2004). Nos recipientes pequenos, com paredes de 3 a 5 mm, a técnica empregada foi a de modelagem em razão da impossibilidade de usar a técnica acordelada em paredes tão finas.

Os pequenos copos possuem uma massa de muito boa qualidade, sendo decorados predominantemente por linhas incisas. A espessura das paredes varia entre 3 e 4 mm. Os recipientes médios, em forma de painéis, elaborados em argila de excelente qualidade,

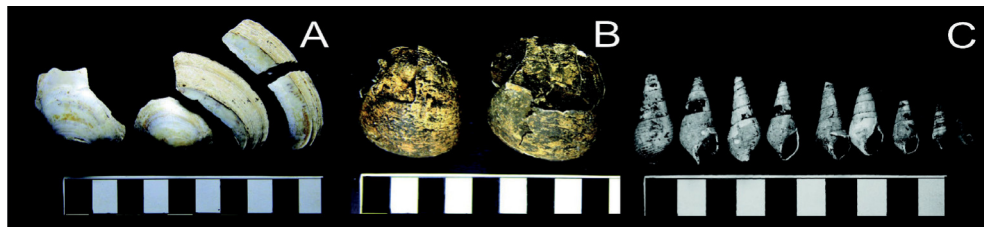


Figura 5. Malacofauna do sítio Rio Ivinhema 1: a) Anodontites (bivalve), b) Megalobulimus, c) Subulinidae (fotos: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).



Figura 6. Exemplos de cerâmica com decoração plástica – corrugada e unglada (foto: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).

possuem entre 20 e 40 cm de largura, por 10 a 20 cm de altura, com espessura variando entre 4 e 8 mm. Nestes, há o predomínio da decoração pintada, podendo ser tanto externa, como interna (Figura 7). São finas linhas vermelhas firmemente traçadas sobre fundo branco ou diretamente sobre a superfície do recipiente. Já os grandes jarros possuem decorações tanto pintadas como corrugadas (Figura 6), normalmente na parede externa, com espessuras que variam entre 1,5 a 2 cm. Entre os grandes jarros, bem como nas panelas de médio porte, especialmente entre àquelas com decoração corrugada, notou-se alguns fragmentos de recipientes de má qualidade, que se desmancham ao toque. Entretanto, em termos gerais, a argila empregada na produção da cerâmica do sítio é de muito boa qualidade.

Conclusões

A grande variedade de decoração notada na cerâmica do sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 é mais similar à subtradição pintada (Tupi) do que a subtradição corrugada (Guarani), contrariando o esperado para a tradição tupiguarani em terras interioranas. Tal variação estilística pode ser resultado da influência de grupos tupi, já em tempos coloniais. A presença de potes rasos, de fundo chato, é uma evidência de produção de derivados de mandioca, muito comum entre os povos tupi do litoral (Schmitz 2006). A ocorrência desses tipos de cerâmica no sítio Rio Ivinhema 1 pode ser resultado da influência dos Tupi do litoral em tempos coloniais, situação já apontada por Chmyz (2010). Isso situaria o sítio em tempos bem recentes, o que é sustentado tanto por Kashimoto e Martins (2019) como por Chmyz (2010).

Uma amostra de carvão foi submetida para datação radiocarbônica. Os resultados atribuíram ao sítio uma datação absoluta de 460 ± 30 A.P. (Beta-563407). Com isso, confirma-se a hipótese de que o sítio é recente, baseada na variação tipológica e na presença de elementos tidos como Tupi litorâneo. Observar que a datação radiocarbônica apresenta uma diferença cronológica que chega a mais de 100 anos em relação das obtidas por termoluminescência. Mesmo considerando o erro relativo, a diferença temporal é grande, especialmente em se tratando de ocupações tupiguarani, que são mais breves se comparadas a outras ocupações arqueológicas, como as Jê ou caçadoras e coletoras. Ainda assim, tanto as datas por termoluminescência obtidas em projetos anteriores, como a radiocarbônica apresentada aqui, apontam para um sítio que precede em pouco ou, até mesmo, adentra os tempos coloniais. No segundo caso, mais provável sob a luz da datação absoluta, podemos concordar com a ideia de Chmyz de que pressões sofridas pelos povos Tupi do litoral teria levado à migração para terras interioranas, acarretando em assimilação de influências culturais, neste caso marcadamente na tecnologia cerâmica. Tais evidências vem complementar o interessante modelo de dispersão proposto por Bonomo (*et. al.* 2015). Este modelo vê a região do Ivinhema como um ponto de fluxo e dispersão de sítios guaranis, sendo bem menos evidenciadas entre



Figura 7. Exemplos de cerâmica com decoração pintada (foto: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).



Figura 8. Pequenos recipientes (copos) com decoração plástica (fotos: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).



Figura 9. Formas em argila com decorações plásticas. Possivelmente usadas como apoio de jarros (fotos: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).



Figura 10. Cerâmica com decoração na 'base'. Estigmas térmicos indicam que possivelmente tenha sido usada para cozinhar alimentos, contudo, a decoração aponta para a possibilidade de que originalmente a peça tenha sido concebida para servir de tampa (foto: Rodrigo Simas Aguiar, 2019).

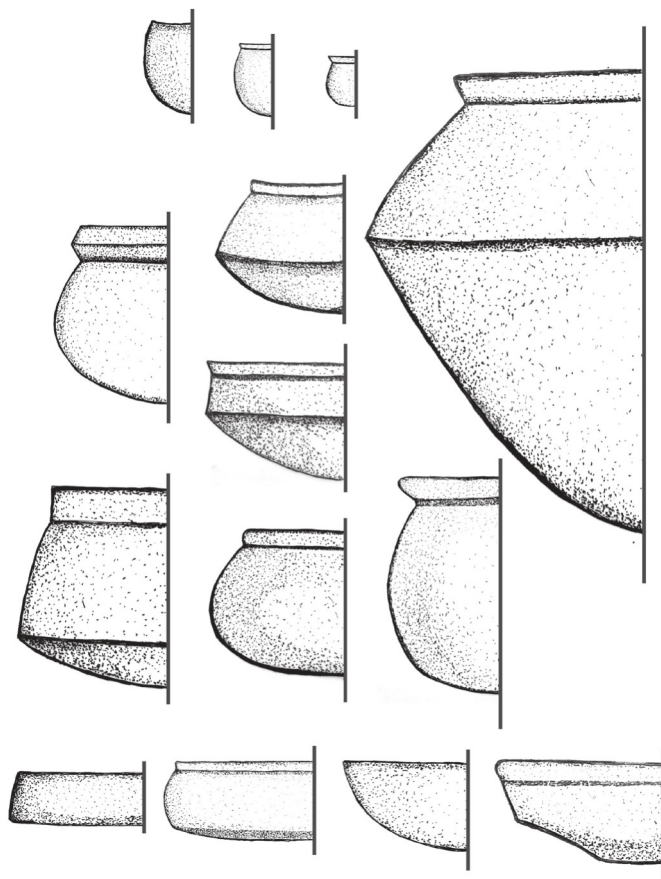


Figura 11. Principais formas das cerâmicas do sítio Rio Ivinhema 1 (desenho de Rodrigo Simas Aguiar, 2020).

1200 e 1600 A.D. (talvez até pela falta de dados, como apontam os autores). Nossos dados sugerem que, ao menos especificamente nesta área de confluência dos rios Paraná e Ivinhema, existe uma migração na forma de refluxo, resultado de possível diáspora de grupos litorâneos em decorrência da pressão das frentes coloniais.

A enorme área de cozinha do Rio Ivinhema 1 sugere que o aldeamento abrigava grande contingente. Não sabemos se o consumo de moluscos, cujas cascas estão presentes em boa quantidade no sítio, estaria relacionado aos hábitos alimentares ou à busca por fontes alternativas em épocas de mais restrição de recursos naturais. Certo é que o aldeamento abrigou um grande contingente, haja vista a forma como as estruturas de cozinha se apresentam. Não foi possível registrar estruturas individuais, bem definidas e demarcadas com



Figura 12. Formas decorativas mais ecléticas: alto-relevo (esquerda) e intrusão de pedriscos (direita) (foto: Rodrigo Simas Aguiar, 2020).

pedras, preenchidas e cercadas com restos de cozinha. O que se tem é uma grande massa de pedras, fragmentos cerâmicos, concreções e restos de cozinha. É como se centenas de fogueiras estivessem sobrepostas, umas como desdobramentos de outras. Há casos em que fragmentos mais espessos de cerâmica são reaproveitados como ‘pedra’ de fogueira.

Identificado o centro da aldeia, a partir desta grande área de cozinha, as demais áreas prospectadas propiciaram uma visão geral do sítio, permitindo tecer um breve panorama acerca da dinâmica de ocupação do sítio. Ficam claras as áreas de periferia, com ocorrência de cerâmica em superfície, em menor número que na área central, e sem estratigrafia. Ao cavar as áreas de periferia, tão logo os cacos superficiais são recuperados, desaparece o contexto arqueológico, seja pela ausência de mais cultura material, seja pela inexistência de níveis estratigráficos. Em uma das parcelas do sítio, denominada Área Prospectada 4, bem como o Poço Teste 2, próximo a ela, notamos a reiterada ocorrência de fragmentos de cerâmica de diferentes recipientes associados. As fraturas destes recipientes são antigas e bem desgastadas. Com isso, entendemos se tratar de área de produção de cerâmica, onde recipientes antigos ou mal feitos eram guardados para futuramente serem triturados e usados como antiplástico.

Pensando o Rio Ivinhema 1 como um sítio de convergência de estilos, onde o Tupi do litoral vem se unir ao Guarani das terras interioranas, notamos ampla variação estilística na produção de cerâmica. Além da grande quantidade de recipientes pintados, em proporção quase igual aos corrugados, surgem outras formas decorativas que, mesmo ocorrendo de forma muito pontual, indicam maior liberdade artística se comparadas com as decorações mais recorrentes dos guarani e tupiguarani de outros sítios de Mato Grosso do Sul. Marcando estes casos com decoração mais eclética, aparecem cerâmicas corrugadas com

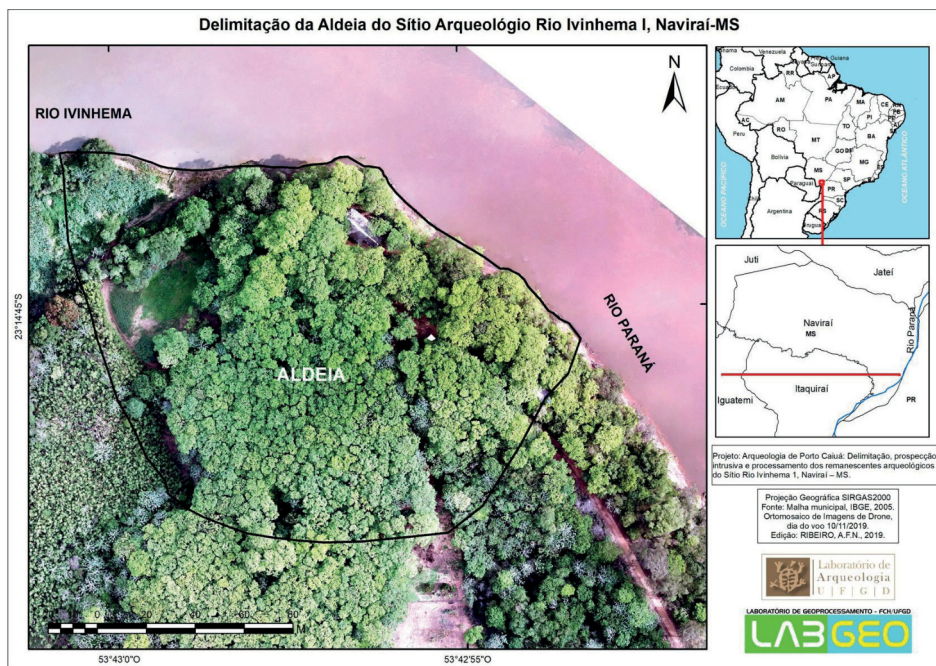


Figura 13. Ortomosaico indicando a área do sítio Rio Ivinhema I (elaborado por Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, 2019).

pintura interna, recipientes pintados internamente com linhas finas sobre engobo branco e linhas grosseiras na parte externa, ou ainda vasilhames com decoração em alto-relevo, seja pelo trabalho com a argila ou pela intrusão de pedriscos na parede externa.

Pouco material lítico foi recuperado. Isso porque, como foi dito no início, a área de cascalheira que servia de matéria prima e de oficina lítica, foi praticamente toda destruída em tempos modernos para extração de cascalho. Alguns achados, feitos pelo proprietário, nos dão uma pista sobre como era a indústria lítica daquele sítio. Tanto machados polidos, como pontas de flecha lascadas com pedúnculos faziam parte do arsenal lítico daquele grupo. Os famosos tembetás, feitos em cristal de quartzo, também estão presentes. Um polidor de mão recuperado próximo à cascalheira em coleta de superfície e uma ponta de flecha em osso provinda da área de cozinha, mostram que além dos projéteis lascados em pedra, investiam também nas pontas mais leves.

Outros espaços, como aquele da Área Prospectada 2, podem ter sido usados para a formação de campos de cultivo. Fragmentos esparsos de cerâmica mostram que o uso destes recipientes ali era menos intenso e frequente. Avaliadas estas áreas e a dispersão

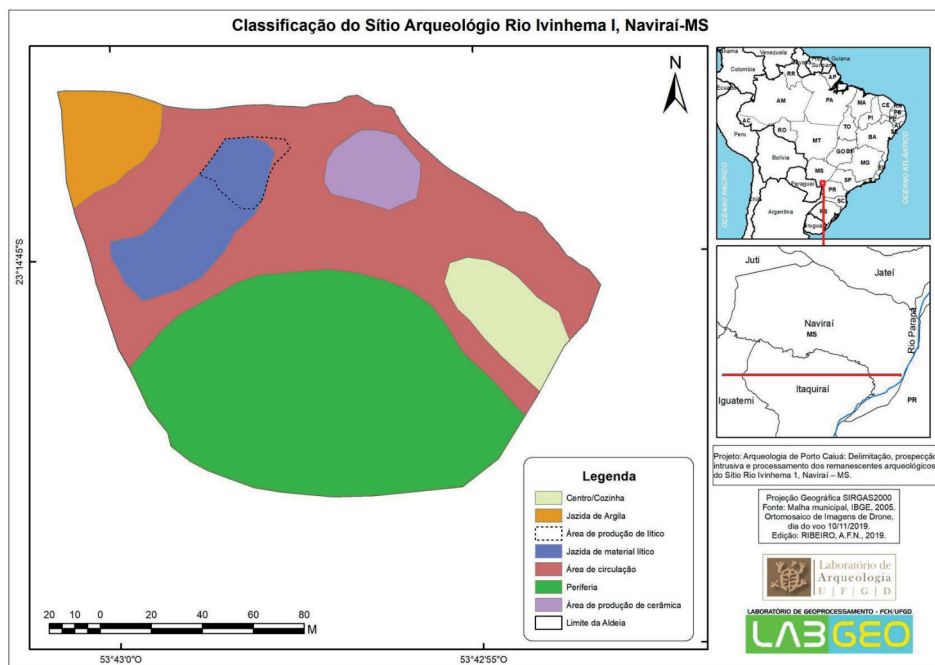


Figura 14. Esquema ilustrando a dinâmica de ocupação do sítio (elaborado por Angelo Franco do Nascimento Ribeiro, 2019).

de material em superfície foi possível propor um modelo de dinâmica de ocupação para o sítio Rio Ivinhema 1, onde chegamos a uma área total de 24 mil metros quadrados. A discussão sobre antiguidade dos sítios tupiguarani em Mato Grosso do Sul e as variações notadas na cerâmica podem ser a tônica dos próximos estudos. De todas as formas, sabemos que a vinculação com grupos atuais tendo unicamente cultura material como subsídio é, desde já, problemática. Ainda que pese o interesse de alguns pesquisadores em situar os vestígios tupiguarani como evidência de ancestralidade de povos atuais, tal relação deve ser avaliada com muita cautela. O uso do termo Guarani para se referir aos conjuntos arqueológicos que aparecem nas porções interioranas pode ser uma das fontes desta confusão com grupos étnicos históricos. Esta confusão é preocupante para aqueles que lidam com a tradição arqueológica tupiguarani, o que leva Tania Andrade de Lima (2010, 173) a reconhecer “as fortes limitações que a arqueologia enfrenta ao tentar adentrar o terreno das atribuições de identidades étnicas”. E a autora reitera que “o termo guarani não é uma autodenominação, mas uma designação uniformizadora e homogeneizante dada pela sociedade envolvente, que nivela, iguala e torna indistintas sociedades que se concebem como diferentes entre si” (Andrade de Lima 2010, 185).

Assim sendo, seguindo o exemplo de Tania Andrade de Lima, optamos por conservar a denominação de tradição tupiguarani para se referir àqueles remanescentes que apresentam atributos tipológicos e tecnológicos tão persistentes. Mesmo porque, reiteramos, conexões linguísticas não necessariamente implicam vinculações étnicas.

As relações entre sítios arqueológicos tupiguarani das porções interiores com àqueles litorâneos, associados aos tupi, também é pouco compreendida. Enquanto uns entendem que há uma fronteira entre estes povos, outros percebem relações interessantes, que podem indicar relações entre os grupos de ambos ambientes. Ao rever a epopeia de Cabeza de Vaca (1987 [1542]), que ao desembarcar na costa de Santa Catarina segue caminhando até Assunção, passando por domínios guarani na região do Paraná, entendemos que há imenso desdobramentos de aldeias ligando o litoral com o interior do continente. Em nosso entendimento, estas aldeias, longe de estarem desconectadas, compartimentadas, em certos casos apresentavam fortes ligações políticas, funcionando como braços de um corpo denso e conciso. Alianças, relações de parentesco, trocas comerciais e, até mesmo, uso de rotas e sendas, como os míticos – mas arqueologicamente já provados – Peabirús, conectavam de maneira eficaz estas aldeias dispostas ao longo de uma vasta parcela territorial em tempos já coloniais. Isso fornece subsídios para explicar a influência de atributos dos grupos costeiros no sítio por nós estudado. Vale lembrar que Rio Ivinhema 1 é um sítio de grande proporção, com elementos que apontam para um aldeamento de destacada importância regional e, por isso mesmo, conectado com outros dispostos ao longo do Rio Paraná e entornos. O Rio Paraná e os rios menores da sua Bacia Hidrográfica conferiam múltiplos acessos ao Atlântico, formando uma intrincada rede onde pessoas, produtos e ideias fluíam. Neste sentido, refutamos a perspectiva de contínua fronteira entre grupos litorâneos e os centro meridionais. Ainda que, em alguns casos, estas fronteiras tenham existido por conta de configurações belicosas, existem outros contextos litorâneos que apontam mais para alianças e comunicações, e a história de Cabeza de Vaca está aí para confirmar.

Agradecimentos

Os autores agradecem a David dos Anjos e Guilhermina Brites dos Anjos, proprietários da terra onde o sítio Rio Ivinhema 1 está inserido, e que gentilmente permitiram a realização dos trabalhos arqueológicos. Agradecimentos também a todos os voluntários e colaboradores que contribuíram com o projeto.

Referências bibliográficas

- Aguiar, Rodrigo Luiz Simas de
2020 “A ocorrência do caramujo terrestre *Megalobulimus* em um sítio arqueológico de Mato Grosso do Sul, Brasil.” *Acta Scientiae et Technicae* 8, n. 1: 73-82. <https://doi.org/10.17648/uezo-ast-v8i1.283>.
- Andrade de Lima, Tania
2010 “Os ceramistas tupiguarani, estes ilustres desconhecidos.” Em *Os ceramistas tupiguarani*, vol 3, Eixos Temáticos, org. por André Prous e Tania Andrade de Lima, 173-207. Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- Bonomo, Mariano, Rodrigo Costa Angrizani, Eduardo Apolinaire e Francisco Silva Noeli
2015 “A model for the Guaraní expansion in the La Plata basin and Littoral zone of southern Brazil.” *Quaternary International* 356: 54-73. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>.
- Brochado, José Proenza
1973 “Migraciones que difundieron la tradición alfarera tupiguarani.” *Relaciones de La Sociedad Argentina de Antropología* 7: 7-39. <http://www.saanropologia.com.ar/textos/migraciones-que-difundieron-la-tradicion-alfarera-tupiguarani/> (15.01.2021).
1980 “A tradição cerâmica tupiguarani na América do Sul.” *Clio Revista de Pesquisa Histórica* 3, no. 1: 47-60. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24653/0> (15.01.2021).
- Cabeza de Vaca, Alvar Nuñez
1987 [1542] *Naufraágios e comentários*. Porto Alegre: L&PM.
- César, José Vicente
1974 *Igaçabas, as urnas funerárias dos Tupi-Guaranis* (Informativo FUNAI. 3, no. 11/12). Brasília: Ministério do Interior, 1974.
- Chmyz, Igor
1966 *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica* (Manuais de Arqueologia, 1). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de Antropologia, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas.
2010 “Modelagens cerâmicas em sítios tupiguarani do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.” Em *Os ceramistas tupiguarani*, vol 3, Eixos Temáticos, org. por André Prous e Tania Andrade de Lima, 81-104. Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- Costa, Giseli Santana da, Viviane Maria Cavalcanti de Castro e Ricardo Pinto de Medeiros
2018 “A iconografia cerâmica como marcador identitário dos grupos pré-históricos tupiguarani em Pernambuco.” *FUNDHAMentos* 15, no. 1: 141-180. fumdham.org.br/wp-content/uploads/2019/02/fumdham-fumdhamentos-xv-2018-671060.pdf (15.01.2021).
- França, Adriano Chaves de, Rodrigo Angelo Zanin, Lais Motta Fiorentino Ganzarolli, Carlos Eduardo Batista da Silva e Fernando Firmino Messias
2019 “Sítio Rio Ivinhema 1 (VN1) - Naviraí-MS: A arqueologia no contexto regional do planejamento municipal.” Anais do III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. *EIGEDIN* 3, no. 1: 1-11. (<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/7145>) (15.01.2021).

- Heckenberger, Michael J., Eduardo G. Neves e James B. Petersen
 1998 “De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na amazônia central.” *Revista de Antropologia* 41, no. 1: 69-96. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011998000100003>.
- Iriarte, José, Richard J. Smith, Jonas Gregorio de Souza, Francis Edward Mayle, Bronwen S. Whitney, Macarena Lucia Cárdenas, Joy Singarayer, John F Carson, Shovonlal Roy e Paul Valdes
 2017 “Out of Amazonia: Late-Holocene climate change and the Tupi-Guarani trans-continental expansion.” *The Holocene* 27, no. 7: 967-975. <https://doi.org/10.1177/0959683616678461>.
- Kashimoto, Emilia Mariko e Gilson Rodolfo Martins
 1999 “Projeto Arqueológico Porto Primavera, etapa de resgate.” Relatório ao IPHAN, síntese preliminar dos trabalhos realizados. Manuscrito. Campo Grande: Fundação de apoio à pesquisa (FAPEC)/CESP.
 2008 “A problemática arqueológica da tradição cerâmica tupiguarani em Mato Grosso do Sul.” Em *Os ceramistas tupiguarani*, editado por André Prous, 149-178. Belo Horizonte: Sigma.
 2019 “Catálogo de artefatos cerâmicos arqueológicos de Mato Grosso do Sul.” Manuscrito. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
- La Savia, Fernando e José Proenza Brochado
 1989 *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- Landa, Beatriz dos Santos
 2005 “Os Nandeva/Guarani e o uso do espaço na terra indígena Porto Lindo/Jacarey, Município de Japorá/MS.” Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35373 (20.01.2021).
- Martins, Gilson Rodolfo
 2014 “Arqueologia preventiva: prospecção arqueológica no sítio Rio Ivinhema 1, em Naviraí/MS – Área projetada para implantação do Distrito de Porto Caiuá. Relatório Final de Projeto.” Manuscrito. Campo Grande: Fundação de apoio à pesquisa (FAPEC).
- Meggers, Betty
 1975 “Application of the biological model of diversification of cultural distributions in tropical lowland South America.” *Biotropica* 7, no. 3: 141-161.
- Meliá, Bartomeu
 1992 *La Lengua Guarani del Paraguay* (Colección Lenguas y literaturas indígenas, 6). Madrid: MAPFRE.
 2000 “Tiempo y tradición en la cultura guaraní.” *Revista Acción* 205: 31-34. http://uninet.com.py/accion/205/tiempo_tradicion.html.
- Métraux, Alfred
 1948 “The Guarani.” In: *Handbook of South American Indians, vol. 3: The Tropical Forest Tribes*, editado por Julian Haynes Steward, 69-94. Washington: Bureau of American Ethnology, Government Printing Office.
- Neves, Walter Alves, Danilo Vicensotto Bernardo, Mercedes Okumura, Tatiana Ferreira de Almeida e André Menezes Strauss
 2011 “Origem e dispersão dos tupiguarani: o que diz a morfologia craniana?” *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 6, no. 1: 95-122. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100007>.

- Noelli, Francisco Silva
2001 “A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas.” *Revista USP* 44: 218-269. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>.
- Peixoto, José Luis S.
1998 “Populações indígenas de tradição tupiguarani no Pantanal Sul-Mato-Grossense.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 8: 71-86. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1998.109525>.
- Politis, Gustavo G.
2010 “Aplicaciones de la etnoarqueología para interpretar el registro arqueológico de los cazadores-recolectores del pasado. Tres ejemplos de America del Sur.” Em *Arqueología, Etnología e Etnohistória de Iberoamérica*, editado por Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira, 275-318. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados (EDUFGD).
- Prous, André
1992 *Arqueologia brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília.
2009 “A pintura tupiguarani em cerâmica.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 8: 11-20. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2009.113505>.
- Ramos, Arthur
1943 *Introdução à antropologia brasileira*, vol 1. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante Brasileiro.
- Scatamacchia, Maria Cristina Mineiro
2004 “Proposta de terminologia para a descrição e classificação da cerâmica arqueológica dos grupos pertencentes à família lingüística tupi-guarani.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 14: 291-307. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2004.89692>.
- Schmitz, Pedro Ignacio
1959 “A cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina.” *Pesquisas* 3: 267-324. <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/pesquisas/pesquisas03.pdf> (20.01.2021).
2006 “Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani.” Em *Arqueologia do Rio Grande do Sul* (Documentos, 5), editado por Pedro Ignacio Schmitz, 31-64. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP)/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf (20.01.2021).
2010 “A decoração plástica na cerâmica da tradição tupiguarani.” Em *Os ceramistas tupiguarani, vol. 2: Elementos Decorativos*, organizado por André Prous e Tania Andrade de Lima (org.), 7-26. Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- Schmitz, Pedro Ignacio, Jaira Henrique Rogge, Marcos Vinicius Beber e André Osório Rosa
2001 “Arqueologia do Pantanal do Mato Grosso do Sul - Projeto Corumbá.” *Tellus* 1, no. 1: 11-26. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i1.2>.
- Urban, Greg
1998 “A história da cultura brasileira segundo as linguas nativas.” Em *História dos Índios do Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, 87-102. São Paulo: Companhia das Letras.